

RETIFICAÇÕES

No anexo da Portaria nº 1.422/GM/MS, de 3 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial nº 126, de 4 de julho de 2014, Seção 1, página 114, Onde se lê:

ANEXO			
UF	Município	Gestão	Total Geral
MG	Araçuaí	Estadual	157.680,00
Total Geral			6.625.845,00

Leia-se:

ANEXO			
UF	Município	Gestão	Total Geral
MG	Araçuaí	Municipal	157.680,00
Total Geral			6.625.845,00

No art. 4º da Portaria nº 1.728/GM/MS, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 132, de 12 de julho de 2017, Seção 1, página 47, onde se lê: "com efeitos financeiros a partir da competência julho de 2017", leia-se: "com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2017".

No Anexo da Portaria nº 3.251/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, publicada no Diário

Oficial da União nº 251, de 30 de dezembro de 2016, Seção 1, página 270,

onde se lê:

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Valor anual
PA	1504422	Marituba	2619717	Hospital Divina Providência	Municipal	738.783,36

leia-se:

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Valor anual
PA	1504422	Marituba	2619717	Hospital Divina Providência	Estadual	738.783,36

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR DIRETORIA COLEGIADA SECRETARIA-GERAL NÚCLEO EM SÃO PAULO

DESPACHO DA CHEFE

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 62/DIFIS/ ANS, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2016, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 388, art. 28, V, vem por meio deste DAR CIÊNCIA:

Nº 4.610/NUCLEO-SP/DIFIS/2017
PROCESSO 25789.019217/2017-51

Intima-se a Operadora GREEN LIFE SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no site em 07/08/2017, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.019217/2017-51 (demanda nº 3381874), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS).

A íntegra da referida decisão e do respectivo relatório de parecer estarão disponíveis na página da ANS, sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica a operadora notificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo por petição, em correspondência destinada para o endereço acima indicado.

A operadora poderá se manifestar, em substituição à apresentação do recurso, por meio de e-mail encaminhado para o endereço eletrônico nucleosp@ans.gov.br ou por petição, em correspondência destinada para o endereço abaixo indicado, na qual deve ser indicado o endereço de e-mail para encaminhamento da Guia de Recolhimento da União - GRU de pagamento da multa:

4.1. no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da presente intimação, para informar sua intenção de usufruir do benefício previsto no art. 41 da RN nº 388/2015, que consiste em desconto de 20% (vinte por cento) no pagamento à vista da multa fixada;

4.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da presente intimação, solicitar a Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento integral da multa ou solicitar seu pagamento parcelado, na forma estabelecida no art.40, da RN nº 388/2015.

Por fim, informamos que caso a operadora opte pelo pagamento antecipado da multa, nos termos do item 4.1, sua eventual quitação importará no arquivamento do processo sancionador objeto desta intimação. Em caso de inadimplência, o desconto será desconsiderado, e o valor integral será encaminhado para inscrição na dívida ativa da ANS e a operadora será inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN ultrapassados os 75 (setenta e cinco) dias de inadimplência, nos termos da Lei nº10.522/2002.

Agência Nacional de Saúde Suplementar
Diretoria de Fiscalização
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO
Rua Bela Cintra, 986 - 9º andar - Jardim Paulista
CEP 01415-000 - São Paulo - SP

DANIELE FERREIRA PAMPLONA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DIRETORIA DE REGULAÇÃO SANITÁRIA

DESPACHO DO DIRETOR

Em 7 de agosto de 2017

O Diretor de Regulação Sanitária no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente nº 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa que se encontra em andamento visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, bem como o aguardo de resposta da Vigilância Sanitária Municipal à diligência promovida por esta Diretoria, RESOLVE prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782/99, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) no Anexo:

RENATO ALENCAR PORTO

ANEXO

Empresa: CTA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA EPP.

CNPJ: 08.868.599/0001-91

PROCESSO: 25351.160109/2017-08

RECURSO: 0963087/17-2

DATA DO PROTOCOLO: 19/05/2017

PRAZO MÁXIMO PARA A DECISÃO: 19/11/2017

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 1.035, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

Approva os critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros, do Programa de Resíduos Sólidos Urbanos.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, II e XII, do Anexo I, do Decreto nº 8.867, de 3 de outubro de 2016, publicado no D.O.U. de 4.10.2016, resolve:

Art. 1º Instituir o Processo de Consulta Pública, considerando as metas definidas no PPA 2016-2019 e aprovando critérios e procedimentos, para consulta pública no âmbito do Programa de Resíduos Sólidos Urbanos, considerando que:

O Programa de Resíduos Sólidos Urbanos contemplará ações voltadas ao gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), classificados como aqueles gerados em atividades domésticas residenciais (urbanas ou rurais), de comércios e órgãos públicos equiparados aos resíduos domésticos e aqueles gerados em serviços públicos de limpeza urbana. O "Manual de Orientações Técnicas para Elaboração de Propostas para o Programa de Resíduos Sólidos", disponível no sítio eletrônico <http://www.funasa.gov.br>, apresentam os eixos de atuação e o Anexo I o item financiável para este Programa, no âmbito dessa Portaria.

ANEXO I

Programa de resíduos sólidos urbanos

1 - AÇÕES PROMOVIDAS

O Programa de Resíduos Sólidos Urbanos, no âmbito dessa Portaria, fomenta a execução do seguinte item:

Eixo de atuação	Item financiável
Coleta e transporte convencional	Aquisição de veículo compactador, capacidade 6m³ (seis metros cúbicos)

Os proponentes deverão formular suas propostas por meio de carta consulta levando em consideração as condições específicas exigidas, para a ação de gerenciamento de resíduos sólidos, passível de transferência de recursos. Maiores informações poderão ser obtidas no "Manual de orientações técnicas para elaboração de propostas para o Programa de Resíduos Sólidos" disponível na internet, na página da Funasa: www.funasa.gov.br.

Serão classificadas apenas propostas que contemplarem soluções integradas, abrangendo os investimentos necessários, de forma que sejam capazes de entrar em funcionamento adequado - da coleta a destinação final/disposição final - imediatamente após a conclusão do objeto, além de atenderem aos objetivos sociais e de salubridade ambiental.

Para aquisição de veículos para coleta e transporte, deverá ser comprovada a existência da unidade de disposição final adequada de resíduos sólidos.

RODRIGO SERGIO DIAS



- 2 - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE
Para efeito do presente processo, somente serão classificadas as propostas que cumprirem os requisitos listados a seguir:
- I - Proposta que beneficie município que possua população de até 50.000 habitantes, excluindo aqueles pertencentes à região metropolitana ou Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE);
II - No caso de proposta que beneficie um consórcio intermunicipal, este deve estar constituído sob a forma de associação pública e formado pela maioria simples de municípios com população de até 50.000 habitantes e o município a ser beneficiado com a execução do projeto proposto deve ter menos de 50.000 habitantes.
III - Proposta que tenha anexada à carta consulta, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, no caso de municípios, ou o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no caso de Consórcios Intermunicipais, de acordo com a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Serão aceitos os Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB, conforme § 1º do artigo 19 da Lei 12.305, respeitado o conteúdo mínimo previsto para o PMGIRS.
IV - Proposta que tenha anexada à carta consulta a Declaração de que os serviços não são privatizados.
V - Proposta que tenha anexada à carta consulta Planilha Dimensionamento Frota Para Coleta de Resíduos, em formato PDF, conforme modelo disponível no sítio eletrônico <http://www.funasa.gov.br>.
VI - Proposta que tenha anexada à carta consulta a Licença Ambiental de Operação (LO) da unidade já existente para disposição final adequada de resíduos sólidos.
VII - Proposta que tenha anexado à carta consulta declaração de Capacidade Técnica e Financeira de Operação e Manutenção do Objeto.
- 3 - CRITÉRIOS DE PRIORIDADE
As propostas elegíveis serão classificadas segundo os critérios de prioridades definidos a seguir:
- 1 - Propostas que comprovarem soluções consorciadas intermunicipais.
2 - Propostas que contemplem municípios com maior índice de incidência de infestação pelo mosquito *Aedes aegypti*, constantes no Levantamento Rápido do Índice de Infestação pelo *Aedes aegypti* (LIRAA, 2016) elaborado pelo Ministério da Saúde.
3. Municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M constante no banco de dados do PNUD (2010).
4. Municípios que possuem Plano Municipal de Saneamento Básico ou estão em fase de elaboração em parceria com a Funasa ou com recursos próprios, conforme Lei n.º 11.445/2007, Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010 e Decreto nº 8.211, de 21 de março de 2014.
5. Propostas de municípios que comprovem a existência de unidades de destinação final, unidade de recuperação de recicláveis (triagem) e/ou unidade de compostagem, por meio da apresentação da Licença de Operação dessas unidades.
6. Propostas que contemplem sistema de reciclagem (coleta seletiva e unidade de recuperação de recicláveis), com a participação de entidades privadas sem fins lucrativos, constituídas sob a forma de cooperativas ou de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, mediante a apresentação do instrumento jurídico que comprove a parceria entre o ente público e a entidade privada sem fins lucrativos, para prestação de serviços voltados para a coleta seletiva e ou beneficiamento de materiais recicláveis;
7. Propostas que contemplem os municípios que comprovem a existência de cobrança de taxa ou tarifa exclusivamente relacionada aos serviços de manejo de resíduos sólidos.
- 4 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS
4.1 - A pontuação final de cada proposta será obtida pela soma aritmética de cada um dos critérios de prioridade definidos no item 3, por meio das pontuações definidas abaixo:

Critérios de Priorização	Faixa	Pontuação	Peso
1. Propostas que apresentarem soluções consorciadas intermunicipais;	SIM	1,00	3
	NAO	0,00	
2. Municípios com maiores Índice de Infestação Predial (IIP) do mosquito <i>Aedes aegypti</i> , constantes no Levantamento Rápido do Índice de Infestação pelo <i>Aedes aegypti</i> (LIRAA, 2016) elaborado pelo Ministério da Saúde.	>3,9	1,00	2
	1-3,9	0,60	
	0-0,9999	0,20	
	>0,8	0,2	1
3. IDH do Município (PNUD - 2010)	0,700-0,799	0,4	
	0,600-0,699	0,6	
	0,500 - 0,599	0,8	
	0-0,499	1,00	
	SIM	1,00	1
	NAO	0,00	
4. Possui o Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme Lei n.º 11.445/2007.	Em elaboração	0,50	
	SIM	1,00	3
5. Propostas de municípios que comprovem a existência de unidades de destinação final, unidade de recuperação de recicláveis (triagem) e/ou unidade de compostagem, por meio da apresentação da Licença de Operação dessas unidades.	NAO	0,00	
	SIM	1,00	2
6. Propostas que contemplem sistema de reciclagem (coleta seletiva e unidade de recuperação de recicláveis), com a participação de entidades privadas sem fins lucrativos, constituídas sob a forma de cooperativas ou de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.	NAO	0,00	
	SIM	1,00	1
	NAO	0,00	
7. Existe cobrança de taxa ou tarifa exclusivamente relacionadas aos serviços de manejo de resíduos sólidos.	SIM	1,00	1
	NAO	0,00	

4.2 - Será considerado como critério de desempate a sequência abaixo listada:

- Maior Pontuação no Critério 1;
- Maior Pontuação no Critério 2;
- Maior Pontuação no Critério 3;
- Maior Pontuação no Critério 4;
- Maior Pontuação no Critério 5;
- Maior Pontuação no Critério 6;
- Maior Pontuação no Critério 7.

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 515, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

Estabelece prazo limite para apresentação de propostas para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º. As instituições financeiras oficiais federais somente poderão recepcionar propostas para contratação de empreendimentos com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), até 18 de agosto de 2017, ressalvadas aquelas apresentadas com amparo no subitem 8.7 do Anexo I da Portaria nº 267, de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO ARAÚJO

SECRETARIA EXECUTIVA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 174, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.027074/2011-93, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Parintins no Estado do Amazonas, por meio da Empresa Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito e Transporte - EMTT, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Diretor

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 311, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, no art. 53 do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, no art. 4º da Portaria MME nº 67, de 1º de março de 2010, no art. 1º da Resolução CNPE nº 8, de 8 de dezembro de 2009, e o que consta dos Processos ANP nº 48610.007416/2012-49 e MME nº 48380.000185/2017-16 e nº 48340.003323/2017-87, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com endereço na Avenida República do Chile, nº 65, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, a realizar exportação de cargas ociosas de Gás Natural Liquefeito - GNL, no mercado de curto prazo, denominado spot, com as seguintes características:

- volume autorizado: até 6,6 milhões de m³ de GNL;
- origem do GNL: o excedente de GNL a ser exportado pode ser composto por carga resultante de uma só importação ou pela mistura de cargas importadas de diferentes fornecedores que celebraram contratos com a Petrobras;
- transporte: por meio de navios metaneiros; e
- locais de saída do Brasil: Terminal Marítimo da Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro, Terminal Marítimo do Porto de Pecém, no Estado do Ceará, e Terminal de Regaseificação da Bahia, no Estado da Bahia, onde estão localizadas as Unidades de Regaseificação de GNL.

Art. 2º Os efeitos desta autorização ficam condicionados à garantia do pleno abastecimento do mercado interno de Gás Natural e à manutenção das condições à época de sua outorga, comprovadas pelo interessado, para o exercício da atividade de exportação de cargas ociosas de GNL, no mercado de curto prazo.

Parágrafo único. O Ministério de Minas e Energia poderá revogar esta autorização, entre outras hipóteses, nos seguintes casos:

- sempre que houver riscos ao pleno abastecimento do mercado interno de gás natural;
- extinção judicial ou extrajudicial da sociedade ou consórcio autorizado;
- requerimento da sociedade ou consórcio autorizado;

ou

IV - descumprimento da legislação aplicável.

Art. 3º A autorização para exportação de cargas ociosas de GNL não exige a autorização do cumprimento integral de seus contratos de fornecimento de gás natural aos consumidores do mercado interno.

Art. 4º Para cada operação de exportação de carga ociosa de GNL, no mercado de curto prazo, a autorizada deverá remeter, ao Ministério de Minas e Energia, Relatório de Atendimento do Mercado, nos termos do Anexo I desta Portaria, com pelo menos sete dias de antecedência da data prevista para o início da operação.

§ 1º Para fins de atendimento do prazo de que trata o caput, a autorizada poderá remeter o Relatório de Atendimento do Mercado em arquivo eletrônico, no endereço eletrônico dgn@mme.gov.br, desde que documento físico de igual teor seja protocolizado, no Ministério de Minas e Energia, em até três dias úteis após a remessa do arquivo eletrônico.

§ 2º A operação de exportação prevista somente poderá ocorrer no período entre o oitavo e o décimo quarto dia, contados da data de apresentação do Relatório de Atendimento do Mercado, contido no Anexo I desta Portaria.

§ 3º Em caso de descumprimento desses requisitos, o Ministério de Minas e Energia poderá suspender a autorização outorgada.

§ 4º A autorizada será dispensada de enviar o Relatório de Atendimento do Mercado, de que trata o caput, nos casos de exportação de volume residual para manutenção das condições operacionais de navio metaneiro, denominado heel, desde que o volume da carga não ultrapasse cinco mil metros cúbicos de GNL, devendo encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, em até três dias úteis após a realização da operação, Informativo de Exportação de Volume Residual de GNL, nos termos do Anexo II desta Portaria.